

Militares mantêm funções

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral deverá definir como função das Forças Armadas a defesa da Pátria e a garantia dos poderes legalmente formalizados e da ordem constitucional. Foi o que ficou acertado ontem pela manhã, durante reunião na casa de Ulysses Guimarães. Participaram do encontro, além do presidente da Constituinte e do relator da Comissão de Sistematização, os líderes Mário Covas e Carlos Sant'Anna, os relatores-adjuntos Fernando Henrique Cardoso, Nelson Jobim e José Inácio, os relatores-auxiliares Adolfo de Oliveira e José Serra e o jurista Miguel Reale.

O mesmo grupo voltou a se reunir à tarde, com exceção de Ulysses Guimarães que, na condição de presidente da República, despachou no Palácio do Planalto. E decidiu que o prazo entre a eleição e a posse de ocupantes de cargos do Executivo será de, no máximo, 45 dias, reduzindo o período de transição entre duas administrações. A posse dos prefeitos, governadores e presidente da República será no dia 1.º de fevereiro.

Bernardo Cabral está inclinado a aceitar em seu projeto a fórmula parlamentarista proposta pelo senador Afonso Arinos, segundo ele mesmo informou num dos intervalos da reunião. Disse ainda que Ulysses ficou satisfeito com as iniciativas consensuais que lhe foram apresentadas e que até agora já foram "enxugados" cerca de 200 dispositivos do anteprojeto original. No encontro de ontem, a questão da definição de greve e sua extensão foi também examinada, embora não tenham sido estipulados os setores em que ela não será admitida. Ficou praticamente acertada a manutenção do Sesc e do Senai, pela revogação do dispositivo aprovado na Comissão de Sistematização que proibia o repasse de verbas para as instituições.